

**Declaração Política sobre o Orçamento Geral do Estado
Revisto/2019**

Excelência Presidente da Assembleia Nacional;

Excelências Deputados à Assembleia Nacional;

Excelências Representantes do Titular do Poder Executivo;

Angolanos e angolanos;

Caros Convidados

Estamos aqui, para a discussão e votação na generalidade da Proposta de Lei de Revisão do OGE-2019, conforme recomendação deste Plenário, para adequar o preço do barril de petróleo no mercado internacional, que oscilou de forma contrária à previsão optimista de 68 dólares americanos (PBP), fixando-o agora em 55 dólares.

Sabemos que tal alteração terá impacto tanto no desenvolvimento dos processos económico e político, como na vida de todos nós enquanto cidadãos desta vasta Angola. Isto exigirá de todos angolanos e instituições, o dever de compreender que num percurso, seja ascendente ou descendente, encontraremos dificuldades, mas a sabedoria sempre estará em termos a capacidade para manter o rumo e aprender a adaptarmo-nos, o que se faz com racionalidade sem prejudicar a paz, a reconciliação nacional, a unidade nacional e a segurança numa democracia plural, pois em Angola, nosso querido país, tudo é urgente e necessário por isso estamos a corrigir.

Estamos conscientes que a própria revisão do OGE é um acto de fiscalização, logo estamos de acordo com as medidas que o Executivo está a tomar, no quadro do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018 /2022

Todos sabemos que o funcionamento do mercado do maior produto de exportação não depende apenas das condições da oferta e da procura do mesmo, e com isso fixar um preço previsível, mas de outros elementos de difícil previsibilidade, como são o clima, a redução da produção, as sanções económicas e os conflitos de mercado entre produtores, exportadores, importadores e consumidores.

Excelência Presidente da Assembleia Nacional,
Angolanas e Angolanos

Por tudo isso, é importante manter a unidade e a coesão buscando a força interior e o engajamento de cada um de nós, para superarmos, como foi no passado, as dificuldades por que estamos a passar neste momento particular do nosso processo de desenvolvimento económico e social. É uma fase difícil que, entretanto, acreditamos que passará. A economia do petróleo exige de todos este sacrifício e, por isso, importa dinamizar um aumento sustentado das receitas fora do sector petrolífero e a busca duma melhoria qualitativa da despesa, a bem da manutenção dos serviços essenciais às populações, reduzindo subsídios e gastos supérfluos.

Exas,

Na verdade, os dados apresentados no Relatório de Fundamentação desta revisão, apontam para uma taxa de crescimento real de 0,3% em 2019, justificada pela taxa negativa de crescimento do sector petrolífero na ordem de 2,8%, resultante do efeito combinado de um menor volume de

produção e de um preço médio anual do barril abaixo dos 68 dólares.

Ao mesmo tempo, há indicação clara de que o sector não petrolífero deverá ressentir-se dos efeitos do baixo desempenho do sector petrolífero, sofrendo uma contração em cerca de 1 ponto percentual, justificada pela externalidade negativa provocada pelo desempenho do sector petrolífero, com reflexo nos impostos sobre os rendimentos, lucros e ganhos de capital, bem como nos impostos sobre a propriedade e impostos sobre bens e serviços, o que vem tornar a execução deste OGE 2019, bastante desafiante, termo que vimos usando ultimamente.

Esta situação particular da nossa economia obriga-nos a prestar grande atenção ao processo de “consolidação orçamental” em curso, que tem o Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM) como principal âncora programática de suporte à recomposição da estabilidade do ambiente macroeconómico do País, tendo por objectivo reduzir as vulnerabilidades fiscais e fortalecer o pilar da estabilidade macro-fiscal e sustentabilidade da dívida, reduzir a inflação, implementar um regime cambial flexível, assegurar a estabilidade do sector financeiro e fortalecer o quadro de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Excelências

Devemos todos observar e reconhecer que a conjuntura de crise económica e financeira que vivemos actualmente, a qual revela a necessidade de uma considerável intervenção do Estado e a adopção de políticas públicas que impulsionem o sistema financeiro e dinamizem a economia, faz sobressair a relevância da política orçamental, viabilizando a inclusão, de forma coerente, cautelosa e prudente, dos estabilizadores automáticos

sustentados nos sistemas de tributação e na despesa pública, de maneira a não pôr em causa os objectivos últimos de qualquer política económica, que é a satisfação das necessidades da economia, da sociedade e sobretudo das populações

A união e a coesão a que acima aludimos, exige uma atenção especial à coerência do sistema fiscal, para que este possa contribuir claramente para o processo de consolidação orçamental, conforme desejado, pois, não havendo uma política fiscal clara, explícita e consensual, assim como se não existir um amplo consenso a nível político no que se refere às finalidades e aos objetivos da política fiscal, torna-se muito difícil a sua previsibilidade, interpretação e aplicação, tão necessárias para orientar as decisões dos agentes económicos, não podendo assim contribuir de forma objectiva, para um claro sentido de justiça, conforme rezam as promessas constitucionais.

Isto torna-se mais relevante na conjuntura actual pois iniciaremos, brevemente, o processo de institucionalização do poder autárquico, o qual exigirá certamente um esforço financeiro importante, levando a que se façam opções e escolhas sobre um modelo coerente para a sua implementação, considerando que as autarquias não constituem um fim em si mesmas, mas um meio para atingir um fim último que é a melhoria do serviço público através duma participação de proximidade nos assuntos da comunidade, por parte dos cidadãos.

Excelência Presidente da Assembleia Nacional

Excelências Representantes do Titular do Poder Executivo

Angolanas e Angolanos

Todos os aspectos acima referidos estão contidos na fundamentação da proposta de revisão que temos em mãos, os quais revelam as acções que, de forma corajosa e audaz, porque

essenciais para a reversão do curso que a economia vem seguindo nos últimos anos, são propostas aos Senhores Deputados, desafiando o “status quo” até aqui admitido e aceite, mas que necessitam do engajamento de todas as forças vivas da Nação para a sua implementação eficaz, na esperança de que as dificuldades agora sentidas e que poderão prolongar por algum tempo, resultarão certamente numa melhoria significativa das condições de vida dos cidadãos e da sociedade no seu todo.

Excelências

Caros concidadãos

Isto leva-nos à necessidade de um acompanhamento permanente, nas nossas vestes de fiscalizadores da acção do Executivo, como tem apelado o líder no nosso Partido e da Nação, Sua excelência Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, de todas as acções e etapas do processo de implementação do conjunto de reformas previstas, alertando o nosso Executivo sobre a ocorrência de eventuais distorções ou desvios no domínio da sua actuação, especialmente perante a tendência, bastante conhecida na implementação do tipo de reformas de estabilização macroeconómica em curso, da utilização extensiva de disposições especiais e duma considerável despesa fiscal, resultante principalmente de deduções, isenções, taxas preferenciais, deferimentos de tributação e créditos fiscais, para atenuar efeitos mais ou menos adversos resultantes da aplicação das medidas.

Excelência Presidente da Assembleia Nacional,

Dignos Deputados e representantes do Titular do Poder Executivo,

Angolanas e angolanos,

Neste Mês da mãe, do trabalhador e do Continente Berço da Humanidade, queremos apelar aos serviços competentes do Estado para maior atenção a ser dada na comunicação pública, evitando-se situações que possam gerar pânico ou mal-estar, quando previsível, pois recentemente registamos um ambiente que gerou sentimentos contraditórios para os cidadãos na questão de escassez de combustíveis, gerando desorientação por falta de comunicação coerente e rigorosa, exigindo-se que no futuro se evite tal ambiente de mal-estar, a bem do interesse geral das angolanas e angolanos. A falta de informação e comunicação claras e perceptíveis a todos, provoca e instala normalmente o boato e a especulação, gerando-se insegurança por desconfiança, criando situações de especulação económica e até delinquência. Devemos nos esforçar a governar com os cidadãos, informando com clareza para gerar confiança.

Temos assistido a uma mudança de atitudes resultante de uma nova cultura política de maior compreensão das dimensões de liberdades e debate no espaço público, onde governantes e governados procuram partilhar aflições, expectativas e problemas que os atormentam ou os alegram. No entanto, isso exige contenção e respeito pelos órgãos de Soberania, pela Constituição e a lei, para que sejam garantidas a paz e a confiança nas instituições. Referimo-nos às greves, manifestações ou expressões de liberdade de profissionais sindicalizados ou cidadãos isolados, importando saber que numa

democracia todos respondem individual ou colectivamente pelas acções e omissões criminosas ou proibidas por lei. Só é possível a liberdade onde existem limites, devendo ser exercida através da manutenção dum equilíbrio entre direitos, deveres e garantias fundamentais, respeitando sempre a ordem e a integridade física. Podemos até dizer, que a democracia só faz sentido se houver respeito, ordem e limites, tal como a sabedoria nos ensina que “a minha liberdade termina onde começa a do outro”.

No sistema de governação democrática e participativa com os cidadãos, o diálogo deve prevalecer, construindo consensos pois as posições extremas e irreconciliáveis só resultam em prejuízos que podem alterar o modo de vida das populações. Estamos a nos referir da urgente necessidade de encontrar soluções para que Luanda tenha água, cuja escassez é resultante da falta de diálogo entre as partes envolvidas na sua distribuição.

Assim sendo, auguramos que as medidas do Executivo concernentes a reestruturação do Sector das águas que trata de uma das necessidades mais prementes da vida animal, vegetal e humana surtam efeitos urgentes e benéficos à vida do nosso povo. Para o efeito, aconselhamos o Executivo para mais atenção e mais esforço financeiro no sentido de que esse precioso líquido que tem efeitos multiplicadores na vida económica e social, seja realizado. De facto, quanto mais potável é a água, menor será o índice de certas patologias, saúde robusta e por extensão a melhoria da vida dos cidadãos.

Outra necessidade que deve estar na agenda de prioridade deste Orçamento é a de distribuição de energia. O país já produz grande quantidade de energia eléctrica desde as grandes barragens hidroeléctricas ao ciclo combinado do Soyo. Porém,

urge a necessidade de mais esforço e sinergias nas redes de distribuição para que esse bem imprescindível ao desenvolvimento técnico-científico, económico e social chegue à maioria das nossas populações.

Ainda no quadro dos objectivos que este Orçamento Revisto persegue, não é demais reiterar a nossa preocupação, consubstanciada na necessidade de ver apoiado fortemente o sector agrícola e pecuário, as associações de produção alimentar bem como as vias de escoamento de produtos dos grandes centros de produção para os de grande concentração de consumidores, como factores que farão triunfar o Prodesi e por extensão mais poupanças de divisas necessárias para outros programas de desenvolvimento técnico e científico.

Felicitamos e apoiamos viva e efusivamente a visita de Sua Excelência Presidente da República às províncias de Malanje, do Namibe e Cunene, traduzidas em uma governação aberta e de acalantar as esperanças. Este périplo de Sua Excelência o Presidente da República é um renovar da esperança de dias melhores das populações visitadas e não só, tal como reza o adágio Kimbundu, *"Papa weza zala yabu"* (Pai chegou acabou a fome). Nas províncias onde as populações enfrentam os efeitos dos fenómenos naturais cíclicos, como a seca e falta de água, começaram a ser implementadas acções práticas com vista à solução das necessidades das populações e do gado, renovando assim a esperança de dias melhores. Assim, endereçamos a partir desta tribuna a nossa solidariedade às populações dessas províncias, augurando maior confiança no Executivo que tudo está a fazer para resolver as suas legítimas e prementes necessidades e aspirações.

Excelências,

Caros concidadãos.

Por outro lado, neste novo ambiente de mudança, não podemos deixar de aconselhar para a necessidade de se cativar e incentivar a aplicação do princípio da meritocracia nas diferentes instituições públicas, em especial nos sectores como a educação, a saúde e o ensino superior, não só nos aspectos relativos ao livre exercício dos profissionais desses sectores de actividade, com a criação das condições de trabalho mais propícias para tal, mas também no que diz respeito à tendência de regressar à concentração de actividades e acções que já haviam sido atribuídas a órgãos desconcentrados, o que pode configurar, desta maneira, atitudes normalmente de prepotência, arrogância e, até mesmo abuso de poder que podem enfermar o bom e normal funcionamento das instituições públicas.

Este OGE-2019, revisto deverá ser adequado com a boa prática legislativa, adequando-a com a tradição parlamentar na especialidade, procurando clarificar na Lei os aspectos jurídicos que manifestem a causa de fundo da revisão, a redução do preço optimista inicial de 68 dólares (PBP) para 55 dólares, coisa que na Lei de Revisão deverá clarificar, derogando o diploma em vigor por força do n.º 6 do artigo 167.º da Constituição da República de Angola. Ao aprovarmos na generalidade, procuramos ser realistas com a conjuntura internacional que exige cada vez mais prudência.

É com estas palavras de solidariedade, de alerta e de aconselhamento ao nosso Executivo e à sociedade em geral, que manifestamos o nosso apoio à implementação das políticas subjacentes à execução deste Orçamento do Estado revisto,

recomendando as cautelas e a prudência acima indicadas para que os objectivos preconizados possam ser concretizados, em benefício do nosso povo, fim último de toda e qualquer governação, e é isso que o Executivo que suportamos propõe realizar neste Orçamento Revisto.

Tu tondele

Tuna sakwila

Twa sakidila

Twa pandula

O mesmo que Obrigado

Luanda, aos 22 de Maio de 2019

Américo António Cuononoca

Presidente do Grupo Parlamentar do MPLA